



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2012

NÚMERO 2

INICIO 21.00 HORAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2012 -----

N.º. 02/2012 -----

Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e doze, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município de Constância, reuniu a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por edital número três barra dois mil e doze, de treze de Abril de dois mil e doze, tendo comparecido os seguintes vogais: - António Manuel dos Santos Mendes, Arsénio Oliveira Cristóvão, Maria do Rosário Costa Martins, Marco Paulo Coutinho Gomes, António Manuel Morgado Louro, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Paulo Manuel Farinha Varino, Virgílio Manuel Rosa André, Carlos Manuel Marques Alves, Rui Manuel Ferreira, Mário Rodrigues Pereira, Sónia Cristina Marques Varino, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, João Carlos Baião da Silva, Jorge Manuel Louro Pereira e António José Calado Martins Pinheiro. -----

Faltou a esta sessão: Hugo Filipe Neto Sebastião, que apresentou justificação. -----

Estiveram presentes os seguintes membros do Executivo Camarário: Presidente - Máximo de Jesus Afonso Ferreira; Vereadores – Maria Manuela de Oliveira Arsénio, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim e Rui José da Silva Pires. -----

Também estiveram presentes os seguintes trabalhadores da Câmara Municipal: - Manuela Lopes, Chefe da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico; Jorge Heitor, Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente e Maria Adelaide Quaresma, Técnica Superior. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: Presidente – António Manuel dos Santos Mendes; Primeiro Secretário – Arsénio de Oliveira Cristóvão; Segundo Secretário – Maria do Rosário Costa Martins. -----

ABERTURA -----

Verificando-se a existência de quórum o presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, dando início aos trabalhos: -----

Presidente da Assembleia Municipal - Colocou à discussão a ata do dia 30 de Setembro de 2011. -----

Não tendo havido qualquer intervenção, procedeu-se à votação, tendo sido **aprovada por maioria** com duas abstenções dos vogais, Maria do Rosário Martins e Marco Gomes. -----

De seguida informou o plenário que na ata de vinte e dois de Dezembro de dois mil e onze na página oito, no segundo parágrafo, onde está “ *dois e nove*” deve estar “ *dois mil e nove*” assim como para a existência de algumas frases com “ *há*” que não deve levar “ *h*”. Findo os esclarecimentos, foi a ata colocada a discussão. Não havendo qualquer intervenção passou-se à votação tendo sido **aprovada por maioria**, com uma abstenção do vogal Marco Gomes. -----



Relativamente à ata de vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e doze fez referencia a algumas incorreções registadas, começando por informar que na página sete, no primeiro parágrafo, *deve ler-se Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha* e na página dez, no segundo parágrafo, na intervenção do presidente da Assembleia, onde está Administração Local deve constar "*Administração Central*" e finalmente na página *doze*, primeiro parágrafo, na intervenção do Presidente da Câmara, em vez de "*contactos*", deve estar "*contactados*". Terminados os esclarecimentos colocou a ata a discussão. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Referiu que nas duas intervenções do Vogal Marco Gomes na página doze, aquando da discussão da falta de distribuição do leite escolar, o que foi dito não foi "*última semana*" mas sim "*últimas três semanas*". -----

Diz ainda, que na continuação do tema anterior, o vogal questionou de quem era a responsabilidade para a falta do leite escolar, se da escola, dos Quatro Cantos do Cisne ou da Câmara Municipal, não constando na ata esta questão -----

1.º Secretário Arsénio Cristóvão – Efectuou a leitura da intervenção do vogal Marco Gomes registada na gravação da ata da Assembleia Municipal verificando-se que de facto o vogal Marco Gomes na sua intervenção refere-se a "*última semana*" e não "*últimas três semanas*". -----

Quanto à segunda questão colocada informa, que mesma não foi formulada pelo vogal. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Questionou se era possível fazer a leitura do texto na página treze, na sua abordagem ao modo como funciona o sistema de distribuição do leite escolar, pois tem algumas dúvidas na forma como está redigido na ata. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou que não é funcional efectuar na sessão da Assembleia Municipal a leitura da gravação da ata, se as dúvidas subsistirem, os vogais que as tiverem, podem marcar uma vinda à Câmara Municipal e esclarecem-se. Hoje, excepcionalmente solicitou ao 1.º Secretário para ler a transcrição da gravação sobre o assunto mencionado. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Saliu que é muito difícil sintetizar tudo numa ata e concorda que existem factos que não são relevantes para constarem nas atas, mas existem pormenores que fazem alguma diferença e referiu que a bancada do PS considera que esta intervenção peca por omissão, estando resumida demais, nem tudo o que foi dito é importante, mas consideram que faltam alguns pormenores. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Colocou a ata do dia 24 de Fevereiro de 2012, para votação, tendo sido aprovada **por maioria**, com um voto contra do vogal Marco Gomes e seis abstenções da bancada do PS. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----



Vogal Isabel Costa (PS) – Referiu que as atas anteriores têm uma alteração na sua apresentação, deixando de constar documentos em anexo, passando os mesmos a ser transcritos na própria ata, perguntando se a decisão foi da Mesa e se é para continuar. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou, que o técnico que fazia a ata saiu da Câmara Municipal e é natural que se note alguma diferença, contudo, informa que durante este mandato todos os documentos que suportam as intervenções e entregues na Mesa da Assembleia Municipal são transcritos na respetiva ata. -----

O Vereador Rui Pires - Solicitou para intervir em defesa da honra, nos termos do art.º 45 e na sequência dum assunto abordado na última sessão da Assembleia Municipal, pelo Vogal Virgílio André. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Passou a palavra ao Vereador Rui Pires para que fizesse a apresentação da questão. -----

Vereador Rui Pires – Informou que se reporta, a uma situação que aconteceu na sessão da Assembleia Municipal de vinte e quatro de Fevereiro, quando entrou na sala e apercebeu-se que estava a ser utilizado o seu nome a propósito de uma participação, daí não ter acompanhado tudo o que foi dito. Entretanto, ao ver o que está escrito na ata pretende emitir um texto defendendo a sua posição. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou ao vogal para indicar a que ponto da ata se refere. --

Vereador Rui Pires – Começou por dizer que pensa ser logo na primeira página, na primeira intervenção do Vogal Virgílio André tendo lido o seguinte documento – “ *Quando cheguei à última sessão da Assembleia Municipal a 24 de Fevereiro de 2012, apercebi que o vogal Virgílio André se referia à minha pessoa e a uma participação em que ele era um dos acusados e abordava o conhecimento que teve da conclusão e arquivamento desse processo. Todavia, só agora, pelo texto apresentado em ata tive conhecimento do teor completo das suas declarações, pelo que tenho o direito de defender a honra e a verdade dos factos. Antes de mais não está correto dizer-se que a Assembleia Municipal não teve o mesmo entendimento do vogal Virgílio André, isto porque, nessa sessão de 24 de Setembro de 2009, a proposta aqui em crise foi votada por maioria, com os votos da CDU. Depois, não percebo como é que algo tão urgente aqui trazido pela CDU a cerca de quinze dias das eleições autárquicas 2009 caiu, nessa bancada, tão rapidamente no esquecimento. Suponho que deva ser assunto que só interessa na véspera de eleições (tal como já acontecera em 2005) para poder ser afixado e divulgado pelo concelho à custa do dinheiro dos contribuintes, denegrindo a imagem de candidatos da oposição. O senhor vogal resolveu, antes, mostrar satisfação por, na opinião, repito: na opinião, da Procuradora Adjunta, terem sido recolhidas provas bastantes de os vogais da CDU não terem praticado crime de injúria.* -----

Mas, Senhor vogal, foi ou não verdade que disse aqui a 24 de Setembro de 2009 que se o caso aqui trazido pela CDU em relação a Os Quatro Cantos do Cisne fosse consigo gostaria de ver tudo esclarecido? E o que fez afinal o senhor vogal e a bancada da CDU nestes dois anos e meio, para



esclarecer a situação? Nada! -----
Afinal onde está toda a pressa e urgência na análise da situação? Devem estar aguardar novo período eleitoral. -----
Na verdade, fui eu próprio a querer que a situação se resolvesse e até indaguei o assunto numa reunião de Câmara, como se pode confirmar na ata da reunião n.º 25/2010 de 28 de Outubro. Entende-se que a CDU nunca mais tocou no assunto por uma razão simples: ao fim e ao cabo o parecer jurídico do Dr. José Amaral, apresentado na ocasião, remete toda a responsabilidade para dentro da Câmara Municipal. O visado da vossa proposta a 24 de Setembro de 2009, indiretamente mas devidamente, foi o Presidente de Câmara à data, António Mendes, o responsável autárquico pelo apoio financeiro com que, interesseiramente deixaram de concordar. -----
Quanto à opinião da Procuradora Adjunta que se pronunciou pelo arquivamento, lá saberá ou responderá, por que razão retirou conclusões contraditórias com os factos e provas apresentadas. Afinal, a verdade é que Rui Pires era representante de uma entidade de direito privado e os factos que a CDU lhe apontou diziam respeito a essas suas funções e não a responsabilidades suas enquanto autarca ou detentor de cargo público a que a Senhora Procuradora Adjunta designou de “vogal da Câmara”, portanto eu era vogal da Câmara. -----
Como tal referindo-me simplesmente à parte aqui vertida pelo vogal Virgílio André, não tem qualquer sentido que se tenha concluído no processo o seguinte: “...os denunciados imputaram ao denunciante ilegalidades na celebração de contrato com a Associação Os Quatro Cantos do Cisne”, e também nesta parte, “...porém a exposição própria de quem exerce um cargo público relativamente às decisões tomadas no exercício de funções significa, que a contestação a estas per- si nunca poderá ser entendido como injúria sob pena de ficar irremediavelmente cerceado por exercício da nova função da gerência da coisa pública.” -----
Infelizmente, tenho que rematar, dizendo o seguinte, preocupem-se antes em resolver problemas do século XXI, na ligação atual da Câmara Municipal a essa Associação, repleta de ilegalidades e irregularidades já comprovadas e que são do vosso conhecimento. Sejam sérios e não abusem dos cargos públicos que detêm! -----

Presidente da Assembleia Municipal – Questionou o vereador Rui Pires se seria possível entregar um documento na mesa onde conste as ilegalidades e irregularidades referidas e que diz serem conhecidas. -----

Vereador Rui Pires – Respondeu que não tinha ali esses documentos, mas as questões que referiu de haver ilegalidades e irregularidades, têm sido discutidas nas reuniões da Câmara Municipal, salientando que existem sentenças para algumas, havendo processos de averiguação que são do domínio de pessoas que estão nesta sala. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou, que a Mesa da Assembleia Municipal e em seu nome, toma a liberdade de solicitar ao vereador Rui Pires, as sentenças que sustentam as irregularidades, tantas vezes propaladas e hoje nesta Assembleia mais uma vez mais mencionadas. Ao falar-se nesta Assembleia de irregularidades, todos os eleitos são corresponsáveis com elas, porque são aqui mencionadas e por consequência, esta Assembleia quer agir depois de as conhecer,



apelando ao Vereador Rui Pires, e ao Presidente da Câmara Municipal, se as conhecer, que tragam à próxima Assembleia Municipal o que tiverem sobre este assunto para ser distribuído e abordado. ----

Presidente da Câmara Municipal – Considera extremamente grave o que foi dito pelo vereador Rui Pires nesta Assembleia Municipal, à semelhança do que leu na declaração de voto apresentada na reunião de Câmara Municipal realizada no dia vinte e oito de Março, onde afirma existirem irregularidades entre a Autarquia, e que são do seu conhecimento, e a Associação “Os quatro Cantos do Cisne”. Por considerar falso o que é mencionado na declaração de voto, e hoje aqui proferido, reforça o pedido do Presidente da Assembleia Municipal, ao mesmo tempo que pede aos vogais que não deixem passar em claro esta sistemática ofensa e ataque pessoal ao presidente da Câmara Municipal com acusações, para as quais não apresenta qualquer fundamentação. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Informou que não ia dar resposta ao vereador Rui Pires, afirmando que apenas se limitou a ler o extrato dum documento onde consta a decisão do tribunal, relativamente a um processo que lhe foi movido pelo, na altura, vogal Rui Pires. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Referiu que perante o que ouviu nesta sessão da Assembleia, dá a sensação que o tribunal anda errado, no entanto, ainda não viu o queixoso recorrer da decisão, pelo menos que tenha conhecimento, e se o fez, só no final do julgamento é que se vai saber se existem ou não ilegalidades e irregularidades. -----

Face ao exposto pensa que a questão de honra invocada pelo vereador Rui Pires cai por terra, acrescentando que compete a quem faz acusações de ilegalidades e irregularidades na gestão do dinheiro público, o dever de prová-lo nesta Assembleia Municipal. -----

Lembra ainda, que os contratos feitos ao longo dos anos com a Associação “Os Quatro Cantos do Cisne”, alguns são do tempo em que o vereador Rui Pires era o seu representante. Diz ainda, que a Associação é uma criação do vereador Rui Pires, o mérito ninguém lho tira, no entanto desde que saiu dos órgãos sociais da mesma, a única coisa que tem feito até agora é tentar destruir a obra que iniciou arranjando sistematicamente problemas, colocando inclusive a Associação em tribunal tentando com essa atitude provocar desgaste nos órgãos sociais. -----

Conclui informando, que o vereador Rui Pires faz parte de um órgão autárquico que não pode ter relações e compromissos com instituições que estão na ilegalidade, não lhe competindo também enquanto cidadão ou associado, afirmar que a Associação “Os Quatro Cantos do Cisne” está na ilegalidade, quem o deve fazer são os tribunais. O ataque que é feito à Instituição em causa faz parte dum ofensiva que o vereador Rui Pires tem feito às Associações do concelho, e em particular aquelas onde não tem amigos, demonstrando com este comportamento não estar interessado em defender os interesses do concelho. -----

Vereador Rui Pires – Afirmou que está visto quem é que traz a esta Assembleia Municipal coisas de forma tão gravosa, ele não é, informando que na sua intervenção, se limitou a responder ao que foi apresentado na última sessão da Assembleia Municipal pelo vogal Virgílio André. -----

As afirmações proferidas pelo vogal Rui Ferreira transmitem a ideia de que o vereador Rui Pires anda a fazer mal às Associações, mas aquilo que de facto defende é o uso do dinheiro público com regras, respeitando a lei, não se tratando aqui de questões de amizade, convidando o vogal Rui Ferreira a



demonstrar que ele é a favor de determinadas Associações e contra outras. Considera que daria algum jeito ser verdade o que vogal Rui Ferreira afirma, mas de facto não é assim, basta ver que tanto na Câmara Municipal, como o recurso a outras entidades que podem agir nos locais próprios, terem havido ações no sentido de se regularizarem situações, sendo no seu entender a medida apropriada. Aos eleitos reserva-lhes o papel de fazer cumprir a lei, e não defender A, B ou C, afirmando ao mesmo tempo que a intervenção do vogal é do século vinte e não para o século vinte e um, dando ao mesmo tempo a sensação que ser vereador é pecado mortal, realça no entanto com satisfação, o facto de ouvir pela primeira vez alguém da bancada da CDU dizer que a Associação “Os Quatro Cantos do Cisne” é uma criação sua. -----

Termina a intervenção, dizendo que trazer-se para esta Assembleia Municipal sistematicamente em relação a um vereador, assuntos da Associação “Os Quatro Cantos do Cisne” quando era dirigente associativo, é no seu entender, ter falta de assunto em relação aquilo que se passa nas reuniões da Câmara Municipal, desafiando o vogal Rui Ferreira a trazer para a Assembleia Municipal questões das reuniões de Câmara para serem discutidas. -----

Presidente da Assembleia Municipal – De seguida o presidente questionou se havia mais alguma intervenção. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Afirmou que na sua opinião se está a voltar a trazer para a Assembleia Municipal discussões de peripécias pessoais, vingança e ódio, apelando para que se faça um esforço de forma a nos podermos dar bem. -----

Termina para fazer uma crítica ao presidente da Assembleia Municipal, pedindo desculpa se a sua análise estiver errada, mas no seu entender nem sempre se comporta como o Presidente de toda a Assembleia Municipal, tendo a tendência durante as sessões de olhar, supõe de forma inadvertida, mais para o lado da bancada da CDU, pedindo que futuramente faça um esforço no sentido de equilibrar um pouco o manuseamento de diálogo que acontece nesta Assembleia. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Referiu que está interessadíssimo em seguir as sugestões ou recomendações do vogal Carlos Alves, mas tirando o lapso que aconteceu nesta sessão, quando deu primeiro a palavra ao vogal Rui Ferreira da CDU, gostava que o vogal Carlos Alves lhe apresentasse os argumentos que basearam o raciocínio que fez anteriormente. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Afirmou que lhe parecia existir essa tendência. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Salientou que não era correcto fazer essa afirmação pois nunca foi sua intenção valorizar nenhuma das bancadas. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Apresentou, em nome da bancada da CDU, uma moção alusiva ao 25 de Abril que passou a ler: -----

“Evocar hoje o dia 25 de Abril de 1974 não é apenas mais uma forma de reviver a história recente do nosso país, onde durante 48 anos o Povo Português viveu no mais profundo obscurantismo cultural, político e social, associadas à maior das misérias económicas existentes em toda a Europa e no



isolamento quase total perante grande parte dos países do mundo fruto de uma guerra colonial sem qualquer sentido. -----

Evocar hoje o dia 25 de Abril de 1974 é um ato de resistência à destruição das conquistas alcançadas após aquela data gloriosa, como o acesso à saúde, educação, segurança social, emprego, liberdade de expressão, eleições livres, Poder Local Democrático, etc., etc., etc.-----

Passados 38 anos daquela data histórica não podem os eleitos desta Assembleia ficar passivos perante a retirada anual de mais transferências financeiras por parte do Orçamento de Estado. Não podem aceitar que os serviços de saúde, particularmente na Freguesia de Montalvo, sejam, cada dia que passa, apenas uma miragem daquilo a que efetivamente o ser humano tem direito. Não podem assistir impavidamente ao previsto encerramento de serviços com as Finanças e outros. Não devem permitir a introdução de portagens na A23 sem a existência de verdadeiras alternativas. A coesão territorial do país defendida e aplicada durante muitos anos no pós 25 de Abril está hoje altamente comprometida contribuindo assim para um empobrecimento acelerado de todos quantos ainda hoje persistem em viver no interior do País. O acesso ao emprego, direito consagrado na Constituição da República Portuguesa é hoje, para muitos cidadãos, inalcançável. -----

O acordo subscrito pelo PS, PSD e CDS com a Troika, para além subjugar o país perante o poder financeiro mundial, permite ainda a venda ao desbarato de muitas empresas rentáveis que poderiam e deveriam ajudar Portugal a sair da grave situação para onde muitos governantes nos levaram. A falta de democraticidade prevista naquele acordo, prevê ainda a extinção de Freguesias e Concelhos, eliminando a participação de milhares de cidadãos do exercício da gestão pública e afastando, ainda mais, muitos portugueses do acesso a muitos serviços essenciais. -----

Apenas a falsidade permite estar com o 25 de Abril e simultaneamente a favor da retirada de direitos aos cidadãos mais desprotegidos. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Constância, reunida no dia 27 de Abril de 2012, delibera; -----

- a) Saudar efusivamente a data do 25 de Abril de 1974 e todos aqueles que de uma forma ou outra contribuíram para a instauração do regime Democrático e a consolidação e enriquecimento do mesmo. -----*
- b) Contribuir por todos os meios para impedir a retirada de serviços, nomeadamente na área da saúde, finanças e outros da área das Freguesias e do Concelho. -----*
- c) Denunciar regularmente a retirada de verbas e aumento de responsabilidades transferidas por parte do Poder Central que tenham reflexo negativo nas populações do Concelho.”-----*

Presidente da Assembleia Municipal – Colocou à votação para discussão a moção, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Informou que ia votar contra, não estando em causa os valores da democracia e tudo o que a revolução de Abril nos trouxe, mas de facto a moção termina a requerer certas coisas com as quais não concorda, sendo essa a razão do seu voto, deixando bem claro que nada tem contra o 25 de Abril. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Informou que também ia votar contra a moção por considerá-la com uma carga demasiado ideológica, focando pontos que não concorda, assim como não se rever em muitas



coisas referidas no documento. Esta sua posição não coloca em causa os princípios e os valores do 25 de Abril. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Referiu, que o conteúdo da moção apresentada isenta a CDU/PCP de quaisquer responsabilidades na situação atual do país, esquecendo-se de registar a aliança que fez com a direita, contribuindo dessa forma para a queda do governo PS. -----

Presidente da Assembleia Municipal - A moção foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por maioria** com cinco votos contra e uma abstenção da bancada do PS. No momento da votação o Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Jorge Pereira tinha-se ausentado. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Face ao apelo feito pelo vogal Carlos Alves para que se faça um esforço de forma a nos podermos dar todos bem, informa que na última sessão da Assembleia Municipal, aquilo que fez foi ler parte dum documento que o tribunal lhe enviou, relativamente a um processo que lhe foi movido pelo vereador Rui Pires, com base em declarações por si proferidas numa sessão da Assembleia Municipal no exercício da sua função de vogal desta autarquia. Na sua opinião entende ser seu direito e dever informar o Plenário do ponto da situação, independentemente do resultado ser a seu favor ou contra, não vendo existir na atitude que tomou, qualquer falta de respeito ou ataque pessoal ao vereador Rui Pires. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Afirma que na ata que acabamos de aprovar, vem mencionado que os denunciante imputaram ao denunciante ilegalidades na celebração do contrato com os “Quatro Cantos do Cisne”, e tendo em conta que também o Presidente da Assembleia Municipal falou em irregularidades, tal situação o deixa preocupado. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou que aquilo que disse, foi a de que era importante, não só a Mesa da Assembleia Municipal, mas também todos os eleitos, conhecerem as ilegalidades que são ventiladas e que desconhece. -----

Considera que se existe alguma agressividade nesta Assembleia Municipal, ela tem origem muitas vezes nas intervenções do vogal Marco Gomes, não se considerando, ao contrário do que foi insinuado pelo vogal, de taxativo. Entende que a existirem irregularidades as mesmas devem ser apresentadas e documentadas preferencialmente, e se de facto elas aconteceram nos mandatos anteriores, altura em que foi Presidente da Câmara Municipal, informa que foram emitidos relatórios das auditorias realizadas à autarquia, tendo a seu tempo distribuídas cópias dos mesmos aos eleitos nesses mandatos. -----

Concluído o período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação dos Vogais a **ORDEM DO DIA**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, ficando a mesma constituída da seguinte forma: -----

1. Período reservado à **intervenção do público**; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação dos **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** relativos ao ano de 2011, definidos no n.º 2 Das Considerações Técnicas do POCAL; -----



3. Apreciação de **INFORMAÇÃO ESCRITA** apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
4. Outros assuntos de interesse. -----

ORDEM DO DIA -----

1 – PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Interveio a munícipe Carla Oliveira de Constância, para mostrar o desagrado à ofensa feita por um autarca do concelho de Constância através do facebook aos cidadãos que numa forma voluntária, se dispuseram a fazer flores para embelezamento das ruas nas festas do concelho, considerando grave, o comentário feito, partindo o mesmo dum eleito. -----

2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2011, DEFINIDOS NO N.º 2 DAS CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS DO POCAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal - questionou se alguém estava interessado em intervir. -----

— **Vogal Isabel Costa (PS)** – Disse que esperava que o Presidente da Câmara fizesse uma abordagem inicial ao documento antes de lhe serem colocadas as questões, tendo em conta serem pouco animadores os resultados apresentados, mas também para a existência de algumas situações que considera de alguma gravidade. -----

Perante a documentação distribuída começou por fazer uma análise à avaliação orçamental (páginas catorze e quinze), verificando existir uma diminuição da receita de capital, sendo justificado no documento essa diminuição para a quebra de bens de investimento e nas variações verificadas nas transferências de capital recebida. -----

Analisando o quadro seguinte, diz que nas rubricas que fundamentam a descida da receita, verifica-se um aumento. Pergunta como é que se justifica a diminuição de receita apontando as referidas rubricas como fundamento, quando de facto o mapa mostra precisamente o contrário. -----

Ainda na página vinte e cinco (página 25), no quadro do resumo da relação entre as receitas e as despesas afirma que existe um aumento das despesas corrente e de capital, ou seja, as despesas aumentam. -----

Continuando a análise ao documento, verifica um ligeiro aumento da receita corrente, e uma diminuição significativa da receita de capital já atrás mencionada, ou seja, existe um continuado aumento da despesa e uma diminuição da receita. -----

Diz ainda, que ao abordar o quadro da página trinta e sete (página 37), verifica que os níveis de execução são mais baixos do que no ano anterior. -----

Relativamente ao mapa da página quarenta e sete (página 47), Componentes do Passivo - nas “dívidas a terceiros a curto prazo”, diz que existe um aumento brutal, ou seja, passa de duzentos e vinte e um mil euros (€ 221.000,00) para seiscentos e vinte e cinco mil euros (€ 625.000,00), perguntando, qual é a justificação para tão grande aumento, sendo a primeira vez que esta situação



acontece no município de Constância. Pensa que existe uma situação justificável para tal, que tem a ver com as componentes do ativo, que no seu entender, deve ter chegado o momento de serem retiradas. -----

Ainda no mesmo quadro da página quarenta e sete (página 47), “Títulos negociáveis”, verifica uma diminuição de quinhentos e sessenta mil euros (€ 560.000,00) para quatro mil e quinhentos euros e trinta e três cêntimos (€ 4.500,33) diferença que poderá ter origem nos pagamentos dos investimentos que foram feitos no Centro Escolar de Santa Margarida, e se de facto assim foi, não faz sentido um aumento tão significativo da dívida a terceiros. -----

Face às dúvidas que levantou gostaria que lhe fossem dados os esclarecimentos adequados. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que desde dois mil e dez, (2010) tem havido um corte de cento e quarenta mil euros (€ 140.000,00) de transferências do Estado para a autarquia, sendo essa uma das razões para que haja uma diminuição de verbas. Por outro lado, lembra que era necessário equipar o Centro Escolar de Santa Margarida, arrancar com o Centro Escolar de Constância, abrir a ponte sobre o rio Tejo e que todas as verbas aplicadas nos projetos enumerados, bem como, o que consta no documento são fundos disponíveis. Para dar uma ideia da quantia que a autarquia tem a receber, apresentou as verbas por projeto/obra, começando por informar que do QREN e relativamente ao Centro Escolar de Constância a autarquia tem a receber, de três autos já pagos, o valor de cento e dezassete mil, quinhentos e sessenta euros, (€ 117.560,00) correspondente a oitenta por cento (80%). Uma revisão de preços do Parque Ambiental no valor de dois mil e noventa euros (€ 2.090,00). De três autos do arranjo da ponte sobre o rio Tejo, a quantia de duzentos e noventa e oito mil e quinhentos euros (€ 298.500,00). Das entidades que fazem parte do protocolo da reparação da ponte sobre o rio Tejo, cento e dezoito mil, e setenta e três euros (€ 118.073,00) divididos da seguinte forma: Câmara Municipal da Barquinha trinta e três mil setecentos e trinta e cinco euros (€ 33.735,00), REFER quarenta e dois mil, cento e sessenta e nove euros (€ 42.169,00) e Estradas de Portugal - EP, quarenta e dois mil, cento e sessenta e nove euros (42.169,00). O projeto “Astronomia do Tejo” para equipamento, trinta e sete mil euros (€ 37.000,00) e para pagamento ao pessoal trinta e cinco mil, oitocentos euros (€ 35.800,00) dando um total parcial do QREN, a oitenta por cento (80%) a quantia de quinhentos e quarenta e nove mil euros (549.000,00). -----

Depois, do Ministério da Educação e relativo ao ano letivo de dois mil e dez, dois mil e onze (2010/2011), quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e três euros (€ 45.433,00), mais cem mil euros aproximadamente, do ano letivo em curso o que dá um total parcial de cento e trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e seis euros (€ 138.866,00) totalizando todas as verbas enumeradas e por receber, seiscentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito euros (€ 688.448,00) que a autarquia tem como fundo disponível. -----

Técnica Superior Maria Adelaide – Relativamente à explicação que é dada na página catorze (página 14), informa que as vendas de bens de investimento cresceram ligeiramente, apesar do grande volume de receita negativa estar nos passivos financeiros. Considera importante que o Relatório ser lido e apreciado por mais do que uma pessoa para que não se deixem passar pormenores destes, dando razão à vogal Isabel Costa na apreciação que faz. De facto a venda de bens de investimento



não baixou, cresceu dois mil, quatrocentos e quarenta euros (€ 2.440,00) e as transferências de capital no seu todo, também não desceu. -----

Informa que na página vinte e cinco (página 25), os dados comparativos dão um decréscimo de saldo de quatrocentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e cinco euros e setenta e sete cêntimos (€ 432.925,77), que segundo a sua análise, tem a ver com o decréscimo de receitas de capital relativo ao ano de dois mil e dez (2010), e ao aumento da despesa corrente comparativamente com dois mil e dez (2010), fazendo com que a receita e a despesa corrente criem uma poupança de cento e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta euros e trinta e um cêntimos (€ 176.750,31). Atendendo, a que houve na despesa capital um reinvestimento de seiscentos e nove mil, seiscentos e setenta e seis euros e oito cêntimos (€ 609.676,08) acaba por haver um saldo de quatrocentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e cinco euros e setenta e sete cêntimos (€ 432.925,77). -----

Na página trinta e sete (página 37), Informa que aquilo que consta no documento é uma comparação da execução realizada em relação ao previsto no PPI. -----

Na página quarenta e sete (página 47) diz que o aumento da dívida a terceiros tem origem no investimento feito nas obras da ponte sobre o rio Tejo, agravada pelo atraso do visto do Tribunal de Contas, atraso esse, que fez transitar dívidas antes do final do ano. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Interveio para informar que ao fazer uma abordagem ao documento a partir da página cento e dois (página 102), “Análise da Contabilidade de Custos – 2011” verificou existirem duas questões para as quais solicita esclarecimento. -----

Assim, na página cento e três (página 103), no primeiro centro de responsabilidades no resumo do balancete, aparece em duplicado pagamentos à Assembleia Municipal, tendo-se pago em dois mil e dez (2010) mil quatrocentos e vinte e oito euros e nove cêntimos (€ 1.428,09) e em dois mil e onze (2011) dois mil, novecentos e onze euros e noventa e sete cêntimos (€ 2.911,97), questiona qual a razão que motivou esta situação. -----

A segunda questão para a qual solicita esclarecimento está no verso da página cento e dez (página 110), “Abastecimento de água – Vendas e prestações de serviços” - verifica haver uma diminuição das vendas, perguntando se as mesmas se devem à redução dos consumos. -----

Diz ainda, que ao analisar os valores dos “centros de responsabilidade” verifica que este ano houve um agravamento. A sua bancada nos últimos anos, tem vindo a chamar a atenção para a sustentabilidade dos equipamentos, sabendo que muitos desses centros de responsabilidade têm que apresentar saldo negativo, por fazerem parte de investimento da autarquia, no entanto considera que existem situações onde esse investimento é exagerado citando como exemplo o que consta na página cento e doze (página 112), relativo ao Parque Ambiental de St.ª Margarida, onde se verifica um aumento de custos no valor de cento e quatro mil, quinhentos e noventa e oito euros (€ 104.598,00), para duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e oitenta e seis euros (€ 256.886,00), podendo-se ver que o saldo também aumentou, não sendo suficiente para que aumentasse negativamente. -----

Outro exemplo que apresenta, tem a ver com o Centro Náutico, ao analisar a página cento e quinze (página 115), verifica que apesar de ter havido diminuição de custos, como houve uma diminuição significativa de proveitos, vai ter um saldo a débito de vinte e cinco mil novecentos e cinquenta e seis euros (€ 25.956,00). -----



Continuando a analisar o documento no verso da página cento e dezanove (página 119), Parque de Campismo, verifica um aumento de custos de trinta e oito mil, oitocentos e seis euros (€ 38.806,00), para sessenta e seis mil, trezentos e trinta e um euros (€ 66.331,00). -----

Diz que outro equipamento que está quase concluído é o Borboletário, apesar de ter sido financiado, tem que se pensar em termos de futuro, nos custos de manutenção se é sustentável ou não, esta tem sido a reflexão feita ao longo dos anos pela bancada do PS, relativamente à sustentabilidade dos equipamentos, e neste momento perante os valores que são apresentados, é cada vez mais preocupante a situação pois está em causa a sustentabilidade financeira do Município. -----

Presidente da Câmara Municipal – Afirma que também o executivo partilha das preocupações da vogal Isabel Costa, salientando que na altura em que se avançou com o projecto e a candidatura do Borboletário, fez-se um estudo económico, para avaliar o tempo que a autarquia levaria a recuperar o investimento feito, não se prevendo nesse estudo as dificuldades que as obras na ponte sobre o rio Tejo iria e estão a criar, ao município. -----

Relativamente aos custos imputados ao Centro Náutico e Centro de Ciência Viva, referem-se a amortizações. -----

Quanto aos espaços verdes, o executivo perante algumas dificuldades surgidas na manutenção dos mesmos, fez-se um estudo económico, e verificou-se que ao fim de dois, três anos iria recuperar o investimento feito não só nos equipamentos adquiridos inicialmente, ficando os mesmos como mais-valia para a autarquia, concluindo que se é criticado por fazer investimento, mas também noutros ativos considerados mais - valia para o município. -----

Relativamente ao Parque de Campismo, solicitou ao Eng.º Heitor os esclarecimentos adequados. -----

Eng.º Jorge Heitor – Informou que foram realizadas infraestruturas subterrâneas no sentido de melhorar a captação do sinal de TV, estando previsto fazer-se um investimento na construção de duas instalações sanitárias para miúdos pequenos, bem como pequenos arranjos, dando resposta à legislação que saiu recentemente. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Referiu que está preocupado com a sustentabilidade da Câmara Municipal de Constância a curto prazo, afirmando que é o momento de se tomarem as melhores opções, de se ter uma estratégia diferente para aquilo que se quer para o concelho de forma sustentável, porque se assim não for, acabará por se extinguir. -----

Afirma que é necessário rentabilizar as infraestruturas existentes, tais como; Parque Ambiental, Centro Ciência Viva, Jardim Horto Camoniano, Casa Memória de Camões, Museu dos Rios e Centro Náutico apostando fortemente no turismo. -----

Diz que é indispensável resolver o problema da acessibilidade, pensar-se em construir uma nova ponte sobre o rio Tejo, criando uma eficaz mobilidade entre o Norte e o Sul do concelho, porque começa a ser preocupante a redução de população em St.ª Margarida. -----

Finalizou a sua intervenção, abordando as festas do concelho e as Pomonas Camonianas, lamentando profundamente que as festas deste ano tenham sido aquilo que foram, acrescentando que está na altura de a Câmara Municipal de Constância renegociar o protocolo da ponte sobre o rio Tejo, porque de facto a mesma constitui o grande entrave ao desenvolvimento do concelho em termos financeiros. -----



Vogal Marco Gomes (PS) – Questiona porque foram abatidos ao inventário de bens móveis do Parque Ambiental os olharapos, embora ainda registados com vida útil contabilística. -----

Técnica Superior Maria Adelaide – Relativamente à questão da água, informa que a autarquia vendeu em dois mil e onze (2011), duzentos e quarenta e seis mil euros (€ 246.000,00), e pagou cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis euros (€ 164.426,00), portanto aparentemente se não houvessem custos inerentes, parecia que tinha aqui um resultado de exercício francamente bom, mas como há a mão-de-obra direta relacionada com o serviço, faz com que não haja tanta frontalidade na leitura. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Pergunta se na venda de prestação de serviços, o valor da diminuição das vendas se refere a uma diminuição de consumos. -----

Técnica Superior Maria Adelaide – Informou que houve diminuição do consumo e também de compra, ou seja, houve diminuição nos dois campos, tendo também aumentado a dívida dos consumidores. -----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à água tal como disse a Técnica Superior Maria Adelaide, não estão imputados os custos com o pessoal nem com os equipamentos que estão adstritos à conservação da rede, e portanto quando se olha para os números dá a sensação que a autarquia está a ganhar dinheiro com a água, pelo contrário este ano está a perder, como acontece com a energia elétrica, restando-nos em relação a este bem essencial poupar, e eventualmente negociar com a EDP alguns aspetos na distribuição. Em relação à água, a autarquia vai manter o preço sem mexer nas taxas e nas tarifas. -----

Quanto aos olharapos considera serem peças bonitas, no entanto ao fazer-se uma avaliação de custos para a sua reparação, verificou-se que devido ao elevado custo e à dificuldade em encontrar quem os reparasse considera que a opção tomada foi a melhor. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Diz que relativamente à água, na página vinte e nove (29) está mencionado que a autarquia em dois mil e dez pagou cento e noventa e um mil, quatrocentos e vinte e dois euros (€ 191.422,00) e em dois mil e onze (2011) pagou cento e setenta e seis mil, e cinquenta euros (€ 176.050,00) o que significa que os munícipes gastaram menos. -----

Depois, realça a diminuição da dívida dos empréstimos a longo prazo, ou médio longo prazo no valor de cem mil euros (€ 100.000,00). -----

Considera relevante as diversas intervenções manifestadoras da preocupação da sustentabilidade dos equipamentos, no entanto, quando se fala no investimento no borboletário, diz que se está a falar dum projeto iniciado há seis anos (6 anos), altura em que existia, ou pelo menos era essa a mensagem que passava, dinheiro para tudo. -----

Realça a preocupação manifestada nesta Assembleia Municipal relativamente à questão da ponte sobre o rio Tejo, lamentando no entanto, que o governo central da altura não tivesse tido o mesmo sentimento, dizendo que o protocolo em vigor, ainda que seja mau para a autarquia, só foi conseguido devido à pressão exercida pela população. -----

Conclui, perguntando se os outros parceiros envolvidos no protocolo da ponte, REFER, Câmara



Municipal da Barquinha e Estradas de Portugal já liquidaram a dívida à Câmara Municipal de Constância. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informa que nenhum dos parceiros referidos na intervenção anterior entregou à Câmara Municipal de Constância qualquer quantia para liquidar a dívida. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – interveio solicitando esclarecimento para o facto dos custos diretos de mercadorias atribuídos ao Centro Ciência Viva terem passado de vinte e seis mil, setecentos e noventa e nove euros (€ 26.799,00) em dois mil e dez (2010) para zero. -----

Informa também que a bancada do PS sabe quais os investimentos que dando prejuízo têm que ser feitos, não os contestando. No entanto, diz que ao longo dos anos vieram à Assembleia Municipal para aprovação, diversos empréstimos destinados a projetos, projetos esses, que fizeram que a sua bancada tivesse que fazer uma distinção no sentido de voto, não confundindo os investimentos que visam o bem-estar dos munícipes, daqueles que apesar de não terem custos na construção, viriam mais tarde, a criar sérios problemas à autarquia na sua manutenção. -----

Diz que o vogal Rui Ferreira na intervenção anterior afirmou que há meia dúzia de anos, quando decidiram levar para a frente o projeto do Borboletário, havia dinheiro para tudo. Na sua opinião o executivo não foi enganado, porque sabia que no futuro os custos com a manutenção daquele investimento seria da sua responsabilidade, e uma coisa é haver dinheiro ou não para a execução da obra, outra é o executivo ter que suportar o custo de manutenção do Borboletário, logo, parece demagógica a justificação dada pelo vogal. -----

Presidente da Câmara Municipal – Considera que é um contra censo falar-se em apostar no turismo para depois, logo de seguida, criticar o executivo camarário por promover a criação de equipamentos que atraiam, não só os nossos munícipes, como também seja motivo de interesse para nos visitarem, e nesses equipamentos estão por exemplo; O Borboletário, o Jardim Horto, o Parque Ambiental, o Centro Ciência Viva e a Casa memória de Camões, questionando se sem estas infraestruturas fará sentido falar-se em apostar no turismo? -----

Presidente da Assembleia Municipal – Diz que na sua opinião, a intervenção do vogal Rui Ferreira sobre a construção do Borboletário no Parque Ambiental, não deve ser considerada demagógica, porque de facto quando se fez o estudo económico para aquele investimento, havia a possibilidade de circularem autocarros na ponte sobre o rio Tejo, muitos deles com destino ao Parque Ambiental, proporcionando a criação de receita para o município através de entradas pagas pelos visitantes. Infelizmente com a interdição da circulação de viaturas pesadas na ponte, tudo se alterou, os pressupostos que estiveram na base desse estudo hoje não existem, nomeadamente a ligação pelas viaturas atrás mencionadas, entre o Norte e o Sul do concelho. -----

Vogal Isabel Costa (PS) – Interveio, afirmando que a fundamentação apresentada pelo presidente da Assembleia Municipal nada tem a ver com a justificação dada pelo vogal Rui Ferreira, porque de facto quando foi feito o investimento no Borboletário havia a possibilidade da sua rentabilização que hoje devido ao já exposto não existe. -----

Numa intervenção anterior, o presidente da Câmara Municipal afirmou que os custos imputados ao



Centro Náutico e Centro de Ciência Viva se referiam a amortizações. Esta situação faz com que se faça uma reflexão sobre estes e outros equipamentos, sendo importante pensar como os rentabilizar, distinguindo os equipamentos que visam o bem-estar dos munícipes e aqueles que servem para atrair quem nos visita, havendo neste caso, a preocupação de os tornar rentáveis. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informa que a estratégia da autarquia para o investimento é para ser rentável. -----

Relativamente ao Centro Náutico existe um problema complexo para resolver, que é difícil, estando a Câmara Municipal a trabalhar visando a sua resolução. -----

Quanto ao Borboletário, informa que logo que estejam reunidas as condições serão implementadas as borboletas. -----

Quanto à retirada dos pórticos na ponte, tem a noção que vai ter uma oposição muito forte da empresa Estradas de Portugal, levando a autarquia a ter que contornar a situação, utilizando outra via, implementando-se um processo de forma a poderem circular autocarros com visitantes, alunos, de uma margem para a outra a fim de visitarem o Centro Ciência Viva, Jardim Horto Luís de Camões, Borboletário e o Parque Ambiental de St.ª Margarida. -----

Vogal Mário Rodrigues (PS) – Interveio para abordar a despesa com a iluminação pública, sugerindo à Câmara Municipal que nos locais onde a distância entre candeeiros seja de vinte e cinco metros (25m) se elimine um, aumentando dessa forma a distância para cinquenta metros (50m), reduzindo com esta medida o consumo de energia eléctrica, em cerca de vinte por cento (20%). -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Diz que o presidente da Assembleia Municipal não devia ter feito os comentários que fez em relação há intervenção do vogal Rui Ferreira sobre o Borboletário, extravasando no seu entender as suas competências. -----

Depois entende que o presidente da Câmara Municipal só deveria usar da palavra quando autorizado pelo presidente da Assembleia Municipal, e não é isso que tem acontecido. -----

Finalmente, diz que o presidente da Assembleia Municipal o repreendeu, assim como o fez em relação a outras pessoas por abordarem assuntos descontextualizados do ponto a discussão, verificando no entanto, que se está a voltar ao mesmo. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Solicita esclarecimento sobre o preço de custo dos olharapos, lamentando ao mesmo tempo, que se tenha feito investimento num equipamento e passados seis anos se retire do activo, demonstrando falta de visão na aquisição do mesmo. -----

Técnica Superior Maria Adelaide – Interveio para informar que os custos da Assembleia Municipal são superiores a dois mil, novecentos e onze euros e noventa e sete cêntimos (€ 2.911,97), se a esta verba se juntar o pagamento das senhas no valor de cinco mil, quatrocentos e noventa e um euros e sessenta e nove cêntimos (€ 5.491,69), seguros, aquisição de bens e serviços (publicidade) no valor de trezentos e quarenta e dois euros e oitenta e cinco cêntimos (€ 5.491,69). -----

Quanto à comparação de custos entre os anos de dois mil e dez e dois mil e onze, informa que se algum vogal estiver interessado em ter esse documento, o faça por escrito e desde que seja autorizado superiormente será fornecido. -----



Vogal Isabel Costa (PS) – Informa que a bancada do PS vai solicitar esse documento, a fim de verificar a razão para o aumento superior a cinquenta por cento (50%). -----
Relativamente às questões que colocou anteriormente, faltou o esclarecimento sobre a rubrica “Outros custos diretos de mercadorias do Centro de Ciência Viva”, o porquê deste ano ser zero? -----

Presidente da Câmara Municipal – Informa que por imposição dos estatutos da Associação todo o património existente no Centro Ciência Viva foi transferido da Câmara Municipal para a Associação, o mesmo se passou com as mercadorias, razão pelo qual a rubrica mencionada aparece a zero. -----

Finda a discussão do documento, as bancadas do PS e CDU apresentaram declarações de voto que a seguir se transcrevem. -----

Declaração de voto do PS: “Os eleitos do Partido Socialista votam contra os documentos de prestação de contas, relativos ao ano de 2011, não só por considerarem que pela primeira vez nas últimas décadas, está posta em causa a sustentabilidade financeira do Município, nomeadamente em relação à capacidade de endividamento da autarquia e à situação de equilíbrio financeiro, mas também por se constatar, mais uma vez, que as áreas da proteção civil, ação social e saúde, essenciais às necessidades básicas da população do concelho, apresentam no Plano Plurianual de Investimento (PPI) níveis de execução muito baixos”-----

Declaração de Voto da CDU: “Ao votarem favoravelmente, o relatório de gestão, relativo ao ano de 2011, os eleitos da CDU não podem deixar de tecer alguns comentários sobre o mesmo, rebuscando e enquadrando, no momento que vivemos, alguns aspetos considerados essenciais para que os resultados da gestão sejam aqueles hoje aqui apresentados. -----

Contrariamente àquilo que a oposição Socialista começa a tentar fazer passar para a opinião pública a situação financeira do município continua sólida e equilibrada, onde ressalta o permanente controlo e pagamento atempado de dívidas de curto prazo e ainda a redução, em mais de 100 mil euros, da dívida de médio e longo prazo. -----

A redução continuada das transferências do Orçamento de Estado, as retenções para a Segurança Social, o fim das transferências para a equipa de Sapadores Florestais, em que o Município é penalizado por cumprir a lei ao passar ao quadro de funcionários um conjunto de pessoas que terminaram o seu contrato ao fim de 3 anos, o pagamento ao Ministério do Ambiente das taxas do Regime Hídrico, são apenas um conjunto de exemplos em que a Autarquia é espoliada de recursos financeiros, para ela própria, com os seus próprios meios financiar o desgoverno da máquina estatal. --
O aumento de custos nomeadamente com a entrada em funcionamento de novo Centro Escolar de Sta. Margarida, o aumento muito significativo com os transportes escolares, em que hoje são os municípios através destes transportes que sustentam financeiramente as empresas envolvidas, o aumento da eletricidade, do gás dos combustíveis. Na iluminação pública, tendo em conta o valor pago pela EDP pelas infraestruturas, passou-se de um saldo positivo para um valor bastante elevado a pagar pelo município. Por último a Ponte sobre o Rio Tejo, em que o empenhamento dos funcionários do Município, a todos os níveis, os custos elevadíssimos com os percursos alternativos para muitas viaturas municipais, as perdas de rentabilidade dos serviços de obras e outros, o dinheiro investido pela Câmara Municipal numa obra que em nenhum outro ponto do país qualquer outra autarquia tem semelhanças e para a qual fomos forçados, o dinheiro devido pela REFER, Estradas de



Portugal e Município de Vila Nova da Barquinha pela obra do qual também são responsáveis são fatores relevantes para que os resultados apresentados não sejam muito bons. -----

Os elementos da CDU salientam ainda o esforço do município ao não aumentar os preços da água e resíduos ao longo dos últimos 2 anos, contribuindo assim para um atenuar das dificuldades dos municípios, de forma igualitária e com grande sentido de justiça social. -- -----

Por último quer a bancada da CDU realçar o grande sentido de responsabilidade, por parte da Câmara Municipal, ao manter os subsídios anuais atribuídos às coletividades, contrariamente a muitas outras Câmaras que reduziram e extinguiram, sendo este um dos contributos mais decisivos para o desenvolvimento de iniciativas desportivas, culturais e recreativas com reflexo em toda a comunidade concelhia. Sabemos que esta tem sido uma frente de batalha por parte da oposição do Partido Socialista que sistematicamente se tem oposto à atribuição de subsídios às associações, muito particularmente aquelas onde não são pessoas do seu partido do dirigentes, ou mesmo outras onde atuais eleitos foram dirigentes e que após a sua saída outra coisa não fizeram que foi o desenvolver de processos judiciais contra entidades anteriormente por si criadas. -----

Para terminar, tendo em conta a atual situação económica do país no seu todo e os reflexos sentidos no Concelho, resta-nos o voto favorável às contas de Gestão de 2011 e votos para que os resultados de 2012 caso não possam ser melhorados sejam pelo menos iguais.”-----

Documento foi aprovado por maioria, com os votos contra da Bancada do PS. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Solicitou a palavra para ler a declaração de voto dos vereadores do PS na reunião da Câmara Municipal que a seguir se transcreve. “*após ter pedido alguma compreensão, para os termos da declaração de voto que iria ler devido ao facto de ser redigida antes dos Vereadores do Partido Socialista terem conhecimentos adquiridos através das informações fornecidas pela sua técnica superior*”. Face ao conteúdo da moção diz que os vereadores primeiro fazem uma declaração de voto e depois pedem compreensão, porque ainda não tiveram conhecimento das explicações, demonstrando uma enorme falta de carácter. -----

3 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI Nº. 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

Solicitaram a palavra para abordar este ponto os seguintes eleitos: -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Na análise ao documento verifica que relativamente às Festas do Concelho na página quatro (página 4) aparece um montante para a “Contratação de Espetáculo Musical e Aquisição de Materiais e Serviços Inerentes ao Mesmo” constando também no mesmo documento outra verba de vinte e quatro mil e quinhentos euros (€ 24.500,00) para a “Aquisição de Serviços de Montagem de Infra-estruturas ao Tejo Radical”. Face ao exposto solicita esclarecimento sobre a aquisição do serviço e valor atrás mencionado. -----

Outra questão que solicita esclarecimento tem a ver com uma verba de cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e três euros e setenta e quatro cêntimos, (€ 51.493,74) para “Instalações



Sanitárias Públicas” questionando se a verba referida se destina a novos equipamentos sanitários para crianças. -----

Relativamente ao “Acompanhamento do Programa de Emergência Alimentar”, pergunta o que é isso de acompanhamento, se vai haver alguma intervenção. -----

Quanto ao “Acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social”, gostava de saber qual é o número de famílias nessa situação e o que está o município a fazer. -----

Sobre o “Acompanhamento do processo da falta de médico de família em Montalvo” pergunta o que é que a Câmara Municipal está a fazer, e qual o tipo de acompanhamento está a desenvolver. -----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à questão da montagem da estrutura, informa que a mesma tem a ver com a Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem. A autarquia integrou nas festas o projeto chamado “Tejo Radical” financiado a setenta por cento (70%), tendo pago doze mil euros (€ 12.000,00) do valor constante no documento. -----

Relativamente às instalações sanitárias informa que foi aprovado no executivo um projeto para a construção de sanitários no parque de merendas, junto ao monumento a Luís de Camões. -----

Para prestar esclarecimentos sobre as outras questões colocadas, solicitou à Vereadora Júlia Amorim que procedesse aos mesmos. -----

Vereadora Júlia Amorim – Quanto à dúvida colocada pelo vogal Marco Gomes relativamente ao tipo de acompanhamento referenciado no programa “Acompanhamento do Programa de Emergência Alimentar”, deu alguns exemplos práticos do conceito de “acompanhamento” de acordo com o seu enquadramento. -----

Informou que o “Acompanhamento do Programa de Emergência Alimentar” faz parte dum programa de emergência social do País, apresentado na plataforma supra concelhia, em meados de Março e depois implementado ao nível da rede social, tendo expressão efetiva, com a colocação em funcionamento das cantinas sociais. -----

Diz ainda, que o concelho de Constância tem direito a uma dessas cantinas sociais, tendo a St.^a Casa da Misericórdia de Constância manifestado interesse em agarrar a ideia, comunicando formalmente à Segurança Social esse interesse. -----

Informa também, que o protocolo ainda não foi estabelecido, e que as regras de implementação dessas cantinas têm a ver com critérios de distribuição, ainda por definir pela Segurança Social, remetendo, ainda que de forma informal, a distribuição dos critérios para cada concelho, medida contestada por alguns municípios no Fórum realizado para o efeito, por considerarem que tal medida poderia estabelecer critérios diferentes em municípios, o que levaria a alguma injustiça. -----

Depois, relativamente à questão da vulnerabilidade social ou acompanhamento, informa que ao nível da loja social existem cerca de duas dezenas de utentes, e para além desta componente social de acompanhamento existem três estruturas a funcionar no concelho, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, um grupo que desenvolve o projeto precoce para crianças dos zero aos seis anos e tem como missão identificar casos em que haja necessidade de intervenção de técnicos especializados e finalmente o Rendimento Social de Inserção (RSI), que ao nível do concelho de Constância está perfeitamente circunscrito. -----



Quanto ao acompanhamento do Posto Médico de Montalvo, relativamente ao processo da falta de médico de família e de cuidados de enfermagem em Montalvo, diz que efetivamente o médico que presta actualmente serviço é o que lá continua. -----

Quanto às questões de enfermagem, informa que havia a esperança de com a apresentação da enfermeira Carla, que esteve a gozar licença de maternidade, passassem a três o número de enfermeiras no concelho, só que com o pedido de transferência apresentado por esta, faz com que somente uma enfermeira continue a prestar serviço, restando aguardar pelo regresso da enfermeira Ana Cláudia, em licença de maternidade, para se voltar a ter duas profissionais de enfermagem. Informa ainda, que vai haver a agregação dos Agrupamentos de Centros de Saúde, prevendo-se a substituição dos atuais diretores executivos. -----

Diz também que chegou à Câmara Municipal de Constância, uma proposta para agregação dos Centros de Saúde do Zêzere e da Serra de Aire, indicando-se como sede do agrupamento o concelho de Torres Novas, concretamente os Riachos. -----

Perante a proposta apresentada, a autarquia informou a Administração Regional de Saúde que quanto à agregação nada tinha a opor, desde que a medida tomada melhorasse as condições dos cuidados de saúde primários. Já quanto à localização da sede do Agrupamento, entende que seria um desperdício desativar a sede do Centro de Saúde em Constância, tendo em conta que o investimento feito na altura no edifício atual foi no sentido de criar condições para que ao nível do rés-do-chão funcionasse o Centro de Saúde, e no 1.º andar o futuro centro de formação no âmbito da sub-região de saúde de Santarém. Perante os factos apresentados e tendo em conta a localização estratégica de Constância em relação ao médio tejo, entende que a sede deve continuar onde se encontra, Constância. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Abordou as festas da Nossa Senhora da Boa Viagem, realçando o menor número de visitantes que no seu entender é o reflexo da crise, achando contudo o programa das mesmas adequado à situação atual do País. Na ausência duma abertura oficial das festas, entende que seria importante que tivesse sido envolvida a Assembleia Municipal, assim como outros eleitos. Lamenta que, de acordo com a informação prestada nesta sessão da pela munícipe Carla, tivesse circulado no facebook comentários ofensivos, feitos por um eleito, relativamente à ornamentação das ruas de Constância. Aproveita para deixar o reconhecimento sentido a todos aqueles que trabalham e se esforçam para a promoção e a auto estima de Constância. -----

Presidente da Assembleia - Propôs ao plenário o prolongamento da sessão por mais meia hora. Proposta aprovada por maioria com o voto contra do vogal Virgílio André. -----

Vogal Marco Gomes (PS) – Afirmou que compreende perfeitamente que o programa de emergência alimentar esteja em implementação. Em relação às cantinas/refeitórios ouviu na comunicação social que no distrito de Santarém tinham sido contemplados os quarenta e seis (46) refeitórios já a laborar, e que já tinham sido implementados mais onze (11), contrariando a vereadora Júlia Amorim, quando afirmou na sua intervenção, que estavam a ser implementados. Diz-se surpreendido pelo facto de haver duas menses a funcionar, e a autarquia e o CLAS tenham decidido unilateralmente,



entregar o serviço à Santa Casa da Misericórdia de Constância, não vendo sequer onde se podem dirigir as pessoas para tomarem a refeição. -----

Sobre o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social, chama a atenção para o facto de na altura que se discutiu a colocação duma técnica na área da ação social, a bancada do PS chamou a atenção para o facto de se estar a admitir para aquele local uma profissional com formação em línguas, tendo na altura o presidente da Câmara Municipal justificado que a técnica em questão tinha como função, a tradução de documentação, verificando-se hoje que houve falta de visão na opção tomada, pois é no terreno que fazem falta técnicos com formação social. -----

Relativamente à situação do médico de família no posto médico de Montalvo, pergunta: Se existe atendimento médico naquele posto, se estão lá profissionais da saúde, se a Câmara Municipal está a acompanhar a situação, qual é o tipo de pressão que já fez, se já reuniu com a ARS, e em caso afirmativo, qual foi o resultado dessa reunião. -----

Para concluir, lamenta que não venha no boletim municipal, informação sobre o plano de emergência alimentar, afirmando que gostaria de ver no próximo boletim a informação que agora faltou. -----

Vereadora Júlia Amorim – Diz que tem todo o gosto em prestar todos os esclarecimentos quando sabe que as pessoas têm interesse em ouvir e compreender mesmo que não partilham os seus ideais, sentindo necessidade de esclarecer o vogal Marco do seguinte: -----

1 - Não houve necessidade no concelho de Constância de acionar qualquer refeitório das escolas para fornecer refeições a pessoas que não tivessem comer em casa e que precisassem de uma refeição quente. -----

2 - Situações de pessoas com necessidade de ter apoio domiciliário, quer porque não têm uma estrutura pessoal e familiar que possa satisfazer as necessidades básicas do agregado, estão a ser asseguradas pela Santa Casa da Misericórdia de Constância. -----

3 - A filosofia das cantinas sociais é uma proposta da Segurança Social, tendo em conta instituições que tinham cantinas sociais com refeitório e façam comida. A opção da Segurança Social não é as pessoas irem comer às instituições, mas sim, que as mesmas lá se desloquem e levem para casa. -----

4 - Não sabe se há no concelho de Constância candidatos para irem às cantinas sociais. -----

5 - Não houve uma decisão unilateral, porque foi solicitado à Câmara Municipal de Constância pelo diretor da Segurança Social, que convocasse todas as plataformas para um CLAS, tendo sido explicado nessa reunião o que eram as cantinas sociais e quem poderia concorrer às mesmas. -----

Relativamente ao médico de família em Montalvo, informa que há atendimento médico duas vezes por semana, não sendo o mesmo extensivo à saúde infantil, nem à saúde materna, valências garantidas no Centro de Saúde de Constância. Diz ainda que nos dias em que não há médico em Montalvo, os utentes têm que se deslocar ao Centro de Saúde de Abrantes. Na última sessão da Assembleia Municipal informou que a autarquia tinha solicitado uma reunião ao Secretário de Estado, tendo estado presente o presidente da Junta de Freguesia de Montalvo. Nessa reunião o governante mostrou-se sensível ao problema, tendo inclusive afirmado não se justificar a falta de médico de família em Montalvo, salientando no entanto, que o problema estava na falta de médicos a nível nacional, indo no entanto, solicitar explicações sobre a situação, ao presidente do Conselho



Diretivo da Administração Regional de Saúde. Conclui as explicações, informando que neste momento está pedida uma reunião ao Vice-Presidente da Administração Regional de Saúde, responsável pelos cuidados de saúde primários e ao presidente da ARS para dar explicações sobre a agregação dos ACES, convidando-os ao mesmo tempo a virem a Constância a fim de se inteirarem das condições que o concelho possui. -----

4 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Solicitou informação sobre a lei dos compromissos, e qual a implicação que a mesma trás para o município. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Diz que nesta sessão da Assembleia Municipal, já se falou enumeras vezes em irregularidades que desconhece e exige conhecer, caso existam, aproveitando a oportunidade para ler a declaração de voto apresentada pelos vereadores do PS na reunião da Câmara Municipal registada na ata número dezassete de dois mil e onze (17/2011) que a seguir se transcreve: *“...Ou nos últimos anos muitas vicissitudes não tivessem enublado e desaconselhado o fortalecimento da ligação entre Os Quatro Cantos do Cisne e a Câmara Municipal de Constância... Na verdade, a educação e a ação social não são nem podem ser propriedade de Os Quatro Cantos do Cisne. Há mais mundo para lá do encerramento de escolas e de uma gestão autárquica fechada, parcial, unívoca e centralizada.”.....À entrega de muitas funções na área social e de educação sem abertura de concurso público, análise técnica independente e avaliação, têm sido muitas e graves as irregularidades e atos viciados. Tal não será certamente alheia ao facto de o Pelouro da Educação e Ação Social se manter, desaconselhavelmente, na responsabilidade da mesma pessoa há duas décadas.* -----

Esta associação estaria idealmente preparada para intervir nestas áreas, mas a sua atuação - de quem a dirige e a apoia localmente - revela o contrário e hipoteca os seus princípios e constituição.”-- há vários mandatos, pelas pessoas que detém funções executivas no Agrupamento de Escolas, outro parceiro do processo? Foram entregues, anualmente, os relatórios de gestão e contas referentes aos grandes projetos financiados pela Câmara Municipal e que comprovariam a aplicação dos mais de 200 mil euros que são transferidos anualmente para a associação? -----

Têm sido salvaguardados os riscos de corrupção e infrações conexas na relação existente entre o Agrupamento de Escolas, Os Quatro Cantos do Cisne e a Câmara Municipal....” “...É inadmissível que o Estado / autarquia aplique desta maneira o dinheiro resultante do esforço cada vez maior de todos os contribuintes e valorize quem não cumpra a lei e não respeite os seus deveres e obrigações...”. -----

Numa outra ata da Câmara Municipal de 28/03/2012, também uma declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista “...Foram muitas as vezes que os Vereadores do Partido Socialista alertaram para o grande e desajustado reforço da ligação da Câmara Municipal à Associação Os Quatro Cantos do Cisne e para a transferência de responsabilidades que poderiam e deveriam caber ao Município. Mesmo sabendo-se de várias irregularidades cometidas pelos órgãos sociais dessa entidade...” “...– Corrupção e Infrações Conexas, cheio de boas intenções, muito bem discutido e aprovado por este executivo logo no início do mandato. Deixou-se de lado o controlo e monitorização do plano em todas as suas ações previstas...” Bom a pergunta que se põe é a seguinte. Eu preciso de saber, não da parte dos Vereadores do Partido Socialista como é evidente, preciso de saber se o



Senhor Presidente da Câmara e a Vereadora Júlia Amorim e a Vereadora Manuela Arsénio se têm conhecimento destas irregularidades, se têm conhecimento dessas infrações, se têm conhecimento desta corrupção. Uma outra coisa que preciso saber é: Se têm conhecimento o que é que fizeram, se não têm conhecimento e uma vez que são os vereadores do Partido Socialista que o dizem aqui, se algum dos vereadores já vos transmitiu isso por escrito dizendo que há corrupção aqui, ali ou onde. Se não disse, o que é que pensam fazer para que estes senhores o digam a onde é que há corrupção, porque eu preciso saber, se há ou se não há. Porque se há precisa de ser punida, se não há, acho que estes senhores têm de ser chamados à atenção. Eu preciso de saber isto, o que é que o executivo sabe, o que é que o executivo não sabe e o que é que o executivo vai fazer. É muito importante que a Assembleia saiba isto aqui, pode não ser hoje, mas na próxima sessão têm que ter respostas para me dar, isto é muito, muito Grave. Afirmações destas escritas, não é na discussão do calor, ou no calor da discussão, que se diz qualquer coisa, que às vezes até não se quis dizer aquilo, isto está escrito. Preciso de saber o que é que o executivo sabe, o que é que os senhores vereadores sabem e o que é que vão fazer. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo – Interveio para solicitar esclarecimento sobre as seguintes questões: -----

1- Qual o ponto de situação do Centro Escolar de Montalvo. -----

2 - Qual o ponto de situação do Campo de Futebol. -----

3 - Qual o ponto de situação da rua principal em Montalvo, se já foi feita a candidatura aos fundos comunitários para a sua repavimentação. -----

Diz que numa intervenção anterior o presidente da Câmara Municipal quando questionado sobre a construção de algumas infraestruturas no concelho, falou em circuito turístico do concelho, que na sua opinião, se apoia no Centro de Ciência Viva, Casa Camões e Parque Ambiental, sugerindo que fossem cedidos os olharapos à freguesia de Montalvo, sendo talvez a forma de a poder incluir no referido circuito turístico. -----

Relativamente ao Posto Médico em Montalvo, é sua convicção de que tudo aponta para o seu encerramento, solicitando à Câmara Municipal a criação de condições para se poder contratar um médico para o posto médico, estando a junta de freguesia na disposição de ajudar naquilo que lhe for possível. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Informou que está de acordo com a posição do vogal Virgílio André quanto à exigência em conhecer as irregularidades apontadas nesta Assembleia Municipal. No entanto, chama a atenção para que não se exija só a uma das partes o comprovativo dessas irregularidades, abrangendo todos os que tiverem o idêntico comportamento. -----

Em relação à poupança de energia elétrica na iluminação pública, apresentou como valor consumido pelo município de Constância mil quatrocentos e vinte e nove, vírgula, novecentos e quarenta e cinco quilowatts por hora (1.429,945 KW/h), e pelo município do Sardoal um consumo no valor de novecentos e um, vírgula, quarenta e sete quilowatts por hora (901,47 KW/h). Comparando os dois valores, e considerando que são municípios muito parecidos, verifica que existe uma diferença de consumo bastante elevada do município de Constância. -----

Conclui a intervenção dizendo, que leu num jornal regional, que uma determinada freguesia do distrito de Santarém inaugurou um campo de futebol sintético e a obra de requalificação da sede de



freguesia e do posto médico. A mesma notícia faz ainda referência à presença na cerimónia dos presidentes da Câmara Municipal e vereadores, junta de freguesia local e do Conselho Executivo do ACES do Ribatejo, bem como do médico responsável pelo posto médico. A notícia termina com o presidente da junta de freguesia a dizer que o presidente da Câmara Municipal tem sido um bom presidente para a freguesia. Comparando a notícia do jornal com aquilo que tem sido o comportamento do presidente da Câmara Municipal de Constância em relação à freguesia de Montalvo, afirma que é caso para dizer que o senhor Máximo Ferreira tem sido um mau presidente para a freguesia de Montalvo, porque se tivesse tido outro comportamento já existia nesta, campo de futebol, Centro Escolar e o problema do posto médico já tinha sido resolvido. -----

Presidente da Câmara Municipal – Fez referência à forma como o presidente da junta de freguesia falou, dando a sensação que não esteve presente nas reuniões e nas conversações que têm tido, assim como, não leu o boletim municipal, sugerindo que o faça, pois está lá tudo. -----

Quanto ao Centro Escolar e à rua principal o problema para a execução dessas obras, tem a ver com o cancelamento em Fevereiro por parte do governo das candidaturas, ou seja, tudo o que não se fizer nesse domínio não é da responsabilidade da autarquia. -----

Relativamente à sugestão que foi feita pelo presidente da junta de freguesia de Montalvo, sobre o posto médico de Montalvo, considera-a desajustada porque compete ao governo central a resolução do problema, não só da saúde, mas também doutras áreas. -----

Relativamente ao turismo, considera injusto a critica feita pelo presidente da junta de freguesia de Montalvo pois ignora o esforço que a autarquia está a fazer para recuperar o museu, criando com esse investimento um pólo de atracção turística. -----

Termina, dizendo que não vai ter tempo para falar sobre a lei dos compromissos, no entanto informa que possivelmente vão ter que se realizar algumas sessões extraordinárias da Assembleia Municipal por causa dessa lei. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA -----

Nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO -----

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia declarou encerrada a Sessão pelas vinte e quatro horas e trinta minutos. A presente ata foi redigida na sua versão inicial pelo 1.º Secretário da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

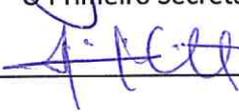


MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal,



O Primeiro Secretário,



O segundo Secretário,

